



ANEXO
PERÍODO DE 2019

1. **Identificação da entidade:**
 - 1.1. **Denominação da entidade:**
Santa Casa da Misericórdia de Vieira do Minho, NIPC 500956383
 - 1.2. **Sede:**
Rua Dr. Alfredo Ramalho, 155 – 4850-527 - Vieira do Minho
 - 1.3. **Natureza da atividade:**
A Santa Casa da Misericórdia de Vieira do Minho é uma Instituição Particular de Solidariedade Social constituída com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico.
 - 1.4. **Denominação e sede social da entidade – mãe imediata:**
Não Aplicável
 - 1.5. **Denominação e sede social da entidade – mãe final:**
Não Aplicável
2. **Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**
 - 2.1. **Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística pela aplicação da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL).
Instrumentos legais da NCRF-ESNL:
Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011- ESNL
Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC
Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho - SNC
Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho NCRF-ESNL
Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho - Modelos de Demonstrações Financeiras
Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho - Código de Contas
 - 2.2. **Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**
Não existiram, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.
 - 2.3. **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**
Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis, em todas as contas, com os valores do período de 2018.
3. **Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**
 - 3.1. **Principais políticas contabilísticas**
 - a) **Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**
 - a) **Moeda funcional e de apresentação**
As demonstrações financeiras são apresentadas em euros.
 - b) **Ativos fixos tangíveis**
As políticas contabilísticas de ativos fixos tangíveis encontram-se explicadas na nota 4.
De acordo com o parágrafo 7.5 do Aviso nº 8259/2015, de 16 de julho, que vigora a partir do período de 01/01/2016, as designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) são reconhecidas como ativos fixos tangíveis.
 - c) **Imposto sobre o rendimento**
A entidade reconhece no período a totalidade das responsabilidades fiscais com ela associada, segundo o método do imposto a pagar.
 - d) **Créditos a receber**
As contas de “Créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade acumuladas, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.



e) Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

f) Provisões

A Entidade analisa periodicamente eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

g) Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

h) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

i) Rendimentos e ganhos

As políticas contabilísticas encontram-se explicadas na nota 8.1.

j) Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre as condições para o receber.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis estão registados no balanço na rubrica "Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais" e:

- Quando relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;

- Quando relativos a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, mantidos nos Fundos Patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

k) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

l) Inventários

As políticas contabilísticas encontram-se explicadas na nota 7.1.

b) Outras políticas contabilísticas:

Nada a relatar.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

Aquando da preparação de demonstrações financeiras, o corpo gerente fez uma avaliação da capacidade da entidade de prosseguir em continuidade, tendo concluído que não existem incertezas materiais relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade de prosseguir em continuidade.



Assim as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

As principais estimativas utilizadas são relativas à necessidade ou não de imparidade de ativos, incluindo inventários e créditos a receber, à vida útil de ativos depreciables, às provisões e ao efeito dos passivos contingentes.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas:

Não aplicável.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas:

As principais estimativas utilizadas são relativas à necessidade ou não de imparidade de ativos, incluindo inventários e créditos a receber, à vida útil de ativos amortizáveis e depreciables, às provisões e ao efeito dos passivos contingentes.

Não houve alterações das estimativas neste período.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores:

Não aplicável.

3.5. Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL (divulgação transitória):

Não aplicável.

4. Ativos fixos tangíveis:

4.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os bens do património histórico e cultural encontram-se valorizados pelo seu custo histórico.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados, ao justo valor na data da doação.

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em regime de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada, como a seguir se indica:

Rubricas	Taxa Anual (%)
Terrenos e recursos naturais	0,00%
Outros edifícios e construções	2,00%
Equipamento básico	16,66%
Equipamento administrativo	16,66%
Edificações Ligeiras	16,66%
Equipamento Transporte	20,00%
Equipamento informático	20,00%
Outros ativos fixos tangíveis	25,00%

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada, no início e no fim do período:

Rubricas	Saldo inicial			Saldo final		
	quantias brutas	amortização acumulada	Saldo Líquido	quantias brutas	amortização acumulada	Saldo Líquido
Ativos fixos tangíveis						
Bens do património histórico e artístico e cultural	28.748,11	0,00	28.748,11	37.273,08	0,00	37.273,08
Terrenos e recursos naturais	67.534,18	0,00	67.534,18	67.534,18	0,00	67.534,18
Edifícios e outras construções	6.125.353,80	(1.721.425,78)	4.403.928,02	6.129.505,58	(1.832.610,56)	4.296.895,02
Equipamento básico	1.087.178,76	(1.019.389,73)	67.789,03	1.098.053,62	(1.049.746,76)	48.306,86
Equipamento de transporte	181.765,64	(160.965,57)	20.800,07	181.765,64	(167.365,53)	14.400,11
Equipamento administrativo	323.476,98	(277.742,04)	45.734,94	328.781,85	(283.589,57)	45.192,28
Outros ativos fixos tangíveis	25.455,51	(19.486,90)	5.968,61	32.902,81	(26.793,00)	6.109,81
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	16.992,28	0,00	16.992,28
Total ativos fixos tangíveis	7.839.512,98	(3.199.010,02)	4.640.502,96	7.892.809,04	(3.360.105,42)	4.532.703,62



e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

Rubricas	Saldo Inicial	Adições/Reduções	Alienações Líquidas	Transf./abates Líquidas	Depreciações	Saldo final
Bens do património histórico e artístico e cultural	28.748,11	8.524,97	0,00	0,00	0,00	37.273,08
Terrenos e recursos naturais	67.534,18	0,00	0,00	0,00	0,00	67.534,18
Edifícios e outras construções	4.403.928,02	4.151,78	0,00	0,00	111.184,78	4.296.895,02
Equipamento básico	67.789,03	10.874,86	0,00	0,00	30.357,03	48.306,86
Equipamento de transporte	20.800,07	0,00	0,00	0,00	6.399,96	14.400,11
Equipamento administrativo	45.734,94	5.304,87	0,00	0,00	5.847,53	45.192,28
Outros ativos fixos tangíveis	5.968,61	7.447,30	0,00	0,00	7.306,10	6.109,81
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	16.992,28	0,00	0,00	0,00	16.992,28
Total ativos fixos tangíveis	4.640.502,96	53.296,06	0,00	0,00	161.095,40	4.532.703,62

f) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural:

Rubricas	Saldo Inicial			Saldo final		
	quantias brutas	amortização acumulada	Saldo líquido	quantias brutas	amortização acumulada	Saldo líquido
Bens do património histórico e artístico e cultural						
Bens móveis	28.748,11	0,00	28.748,11	37.273,08	0,00	37.273,08
Total	28.748,11	0,00	28.748,11	37.273,08	0,00	37.273,08

g) Locações financeiras locatários:

Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:

Categoria de Ativo	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativo bruto	Depreciações Acumuladas	Ativo Líquido	Ativo bruto	Depreciações Acumuladas	Ativo líquido
Edifícios e outras construções · Sistema AVAC	63 345,00	2 111,56	61 233,44	63 345,00	844,60	62 500,40
Equipamento básico · Máquina Lavadora	16 315,95	4 531,48	11 784,47	16 315,95	1 812,16	14 503,79
TOTAL	79 660,95	6 643,04	73 017,91	79 660,95	2 656,76	77 004,19

O órgão de gestão não considera existir diferença entre o total dos futuros pagamentos mínimos e o valor presente do contrato, devido aos contratos poderem ser normalmente cessados, com pagamento dos juros vencidos, ou seja, não ser obrigatório o pagamento de juros não vencidos.

Total dos futuros pagamentos mínimos à data do balanço e seu valor presente, subdivido por período:

Categoria de Ativo	31/12/2019				31/12/2018			
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Edifícios e outras construções · Sistema AVAC	11 875,95	30 035,70	0,00	41 911,65	12 696,99	40 826,64	0,00	53 523,63
Equipamento básico · Máquina Lavadora	3 053,16	7 994,00	0,00	11 047,16	3 270,37	10 762,08	0,00	14 032,45
TOTAL	14 929,10	38 029,71	0,00	52 958,81	15 967,37	51 588,71	0,00	67 556,08

4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos.

Além dos bens em regime de locação financeira, os quais servem, de acordo com aquele regime jurídico, de garantia destes mesmos passivos, sendo que o valor em dívida e o valor contabilístico dos mesmos constam da alínea g) da nota 4.1, os ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos são os seguintes:

- O edifício onde se encontra a Unidade de Cuidados Continuados Integrados "João da Torre" é dado como garantia de passivo de financiamento bancário obtido junto do Banco Comercial Português, S.A., cuja dívida em 31/12/2019 totaliza 439.814,77 euros;

- O edifício onde se encontra o "Lar de Nossa Senhora da Conceição" é dado como garantia de passivo de financiamento bancário obtido junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Cávado e Basto, CRL, cuja dívida em 31/12/2019 totaliza 616.803,31 euros.

4.3. Ativos fixos tangíveis expressos por quantias revalorizadas.

Não Aplicável

5. **Ativos intangíveis:**

Não Aplicável

6. **Custos de empréstimos obtidos:**

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou



produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

Neste período, como nos anteriores, não foram capitalizados quaisquer juros de empréstimos, por se considerar que não cumprem os requisitos para se qualificar como parte do custo desse ativo.

7. Inventários:

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios, como os produtos e trabalhos em curso, encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico, ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

Caso exista, é registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

A perda é revertida quando deixar de existir, devido à venda, regularização ou alteração do custo de mercado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados, não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

7.2. A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	31/12/2019			31/12/2018		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	18.965,58	0,00	18.965,58	17.795,61	0,00	17.795,61
Produtos acabados e intermédios	9.118,50	0,00	9.118,50	10.417,00	0,00	10.417,00
Totais	28.084,08	0,00	28.084,08	28.212,61	0,00	28.212,61

7.3. A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	Ano de 2019			Ano de 2018		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	0,00	17.795,61	17.795,61	18,00	28.709,81	28.727,81
Compras	0,00	230.474,45	230.474,45	0,00	268.481,89	268.481,89
Reclassificações e regularizações	0,00	2.382,33	2.382,33	(18,00)	0,00	(18,00)
Inventários finais	0,00	18.965,58	18.965,58	0,00	17.795,61	17.795,61
Custos no período	0,00	231.686,81	231.686,81	0,00	279.396,09	279.396,09

Variações nos inventários da produção	Ano de 2019				Ano de 2018			
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, rejeitos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Total	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, rejeitos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Total
Inventários finais	9.118,50	0,00	0,00	9.118,50	10.417,00	0,00	0,00	10.417,00
Regularização de Inventários	1.207,04	0,00	0,00	1.207,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários iniciais	10.417,00	0,00	0,00	10.417,00	10.417,00	0,00	0,00	10.417,00
Aumento / redução no período	(91,46)	0,00	0,00	(91,46)	0,00	0,00	0,00	0,00

7.4. Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão;

Não aplicável

8. Rendimentos e gastos:

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade.

O rédito é reconhecido líquido de impostos, abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios descritos a seguir se encontrem cumpridos.



O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências estejam substancialmente resolvidas. Baseando as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de entidade, natureza da transação e especificidade do acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

8.2. Quantia de rédito reconhecida durante o período:

Réditos reconhecidos no período	Ano de 2019		Ano de 2018	
	Mercado Interno	TOTAL	Mercado Interno	TOTAL
Venda de bens	91,46	91,46	0,00	0,00
Prestação de serviços	1.371.874,49	1.371.874,49	1.278.844,71	1.278.844,71
Subsídios, doações e legados à exploração	962.347,25	962.347,25	950.350,61	950.350,61
Outros rendimentos suplementares	330,00	330,00	4.739,63	4.739,63
Rendas e outros rendimentos	3.000,00	3.000,00	3.999,18	3.999,18
Juros	39,92	39,92	39,92	39,92
Totais	2.337.683,12	2.337.683,12	2.237.974,05	2.237.974,05

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

9.1. Para cada classe de provisão

O órgão de gestão informa que não houve constituição de provisões para passivos contingentes por se estimar ser mais provável que não ocorram saídas de recursos, considerando que, em conformidade com o historial da Entidade, não existe risco ou qualquer indício de possível incumprimento.

9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço

Em conformidade com a NCRF-ESNL, no parágrafo "13 -Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", consideramos não existir passivos contingentes ou a eventualidade de um possível exfluxo de recursos ser remota ou de improvável impacto significativo.

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

Rubricas	Subsídios das entidades públicas			
	Saldo inicial	Atribuição subsídios	Imputação de subsídios para investimentos	Saldo final
Fundos patrimoniais				
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1.798.281,94	0,00	44.961,60	1.753.320,34
Total	1.798.281,94	0,00	44.961,60	1.753.320,34

10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades:

Não aplicável.

10.3. Principais doadores/fontes de fundos:

Descrição	Ano de 2019	Ano de 2018
Principais doadores/fontes de fundos atribuídos		
Donativos em dinheiro		
Particulares	246,00	500,00
Donativos em espécie		
Particulares	974,81	1.196,25
Banco Alimentar	1.407,52	617,19
Total	2.628,33	2.313,44

Descrição	Ano de 2019	Ano de 2018
Subsídios, doações e legados à exploração		
Subsídios do Estado e outros entes públicos	959.718,92	948.037,17
Doações e heranças	2.628,33	2.313,44
Total	962.347,25	950.350,61

11. Instrumentos financeiros:

11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

Os investimentos financeiros em outras empresas estão registados ao custo.

11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:



Não aplicável.

- 11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

Rubricas	Fundos patrimoniais			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Fundos	399.936,26	0,00	0,00	399.936,26
Reservas	51.017,50	0,00	0,00	51.017,50
Resultados transitados	1.168.611,98	0,00	(113.666,83)	1.054.945,15
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1.798.281,94	0,00	(44.961,60)	1.753.320,34
Resultado líquido do período	(113.666,83)	91.026,46	113.666,83	91.026,46
Total	3.304.180,85	91.026,46	(44.961,60)	3.350.245,71

Os movimentos encontram-se explicitados na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

- 11.4. Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

Não aplicável.

- 11.5. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Não aplicável.

- 11.6. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Não aplicável.

- 11.7. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Descrição	Ano de 2019			Ano de 2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos bancários						
Banco Comercial Português, SA	55.555,56	384.259,21	439.814,77	55.555,56	439.814,77	495.370,33
Caixa Geral de Depósitos - (Livrança)	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00
Caixa Crédito Agrícola Mutuo do Alto Cavado e Basto CRL	29.118,81	587.684,50	616.803,31	28.714,22	616.803,31	645.517,53
Locações financeiras						
BCP - AVAC	11.875,95	30.035,70	41.911,65	12.696,99	40.826,64	53.523,63
BCP - MAQUINA LAVADORA	3.053,16	7.994,00	11.047,16	3.270,37	10.762,08	14.032,45
Outros financiadores						
Mercedes-Benz Finan.Serv. Portugal-Soc. Finan.Crédito, SA	3.200,00	0,00	3.200,00	6.400,00	3.200,00	9.600,00
Total	102.803,47	1.009.973,42	1.112.776,89	196.637,15	1.111.406,79	1.308.043,94

12. Benefícios dos empregados:

- 12.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas:

Categoria	Ano de 2019	Ano de 2018
Empregados / Assalariados	110	113
Órgãos diretivos	7	7

Os membros dos órgãos de gestão foram homologados para o período de 15 de dezembro de 2018 até 15 de dezembro de 2022.

- 12.2. Compromissos existentes em matéria de pensões:

Não aplicável

- 12.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

Os órgãos diretivos não são remunerados.

13. Acontecimentos após a data do balanço

- 13.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras, especificamente 31/12/2019, e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

As demonstrações financeiras do período findo em 31/12/2019 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 24 de fevereiro de 2020.

14. Agricultura

Não aplicável.



15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

15.1. Dívidas em mora ao Estado

A entidade declara que não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15.2. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados durante o período financeiro pelo revisor oficial de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, foi no montante de 4.878 euros, acrescido de IVA, totalizando 6.000 euros.

16. Outras divulgações

Informamos que na rubrica "Outros ativos correntes" do Ativo corrente, no Balanço, estão refletidas dívidas do subsistema SAD/GNR no valor acumulado de 75.727,12 euros. O órgão de gestão não coloca a hipótese de não receber a dívida pois nunca poderá ser um encargo suportada pela Santa Casa da Misericórdia de Vieira do Minho.

A ARS NORTE, IP reconhece o direito ao acesso de todos utentes ao SNS, incluindo o acesso à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados – RNCCI e tem encetado diversas diligências junto da ACSS, IP para resolução da situação de faturação dos cuidados prestados a estes utentes no âmbito da RNCCI, declinada desde janeiro de 2016 pelo seu subsistema de saúde.

Pelo que, o órgão de gestão considera que os mesmos cumprem os pressupostos para se reconhecer como rendimento na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" da Demonstração dos Resultados por Naturezas e as dívidas a receber como um ativo, na rubrica "Outros ativos correntes" do Balanço.

Apresentando-se quadro resumo dos montantes por receber, subdividido por ano e tipo:

Subsídios, doações e legados à exploração	Período	Valor
SAD/GNR	2016	14.677,63
SAD/GNR	2017	21.604,79
SAD/GNR	2018	20.696,31
SAD/GNR	2019	18.748,39
Outros ativos correntes (balanço)	Total	75.727,12

Santa Casa da Misericórdia, aos 24 de fevereiro de 2020

O Diretor Serviços Administrativos

A Mesa Administrativa



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
VIEIRA DO MINHO

Balanço em 31/12/2019

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	31-12-2019	31-12-2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	4.495.430,54	4.611.754,85
Bens do património histórico e cultural	4	37.273,08	28.748,11
Investimentos financeiros	11	1.823,06	3.853,06
		<u>4.534.526,68</u>	<u>4.644.356,02</u>
Ativo corrente			
Inventários	7	28.084,08	28.212,61
Créditos a receber		130.167,93	138.869,70
Estado e outros entes públicos		4.017,07	6.861,65
Diferimentos		16.502,43	14.733,33
Outros ativos correntes	16	94.483,93	99.841,00
Caixa e depósitos bancários		42.651,83	72.954,28
		<u>315.907,27</u>	<u>361.472,57</u>
Total do ativo		<u><u>4.850.433,95</u></u>	<u><u>5.005.828,59</u></u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		399.936,26	399.936,26
Reservas		51.017,50	51.017,50
Resultados transitados		1.054.945,15	1.168.611,98
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	10	1.753.320,34	1.798.281,94
		<u>3.259.219,25</u>	<u>3.417.847,68</u>
Resultado líquido do período		91.026,46	(113.666,83)
Total dos fundos patrimoniais	11	<u><u>3.350.245,71</u></u>	<u><u>3.304.180,85</u></u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	4 e 11	1.009.973,42	1.111.406,79
		<u>1.009.973,42</u>	<u>1.111.406,79</u>
Passivo corrente			
Fornecedores		48.596,71	50.142,51
Estado e outros entes públicos		34.536,50	56.860,74
Financiamentos obtidos	4 e 11	102.803,47	196.637,15
Diferimentos		1.377,88	750,00
Outros passivos correntes		302.900,26	285.850,55
		<u>490.214,82</u>	<u>590.240,95</u>
Total do passivo		<u>1.500.188,24</u>	<u>1.701.647,74</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u><u>4.850.433,95</u></u>	<u><u>5.005.828,59</u></u>

Vieira do Minho, aos 24 de fevereiro de 2020

O Diretor Serv. Administrativos

A Mesa Administrativa

Maria da Conceição de Sousa
 José Alberto de Almeida
 Carlos Almeida
 José Augusto Paçalho
 Maria Fernanda Gomes



Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31-12-2019

(Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas		Ano de 2019	Ano de 2018
Vendas e serviços prestados	8	+	1.371.965,95	1.278.844,71
Subsídios, doações e legados à exploração	8, 10 e 16	+	962.347,25	950.350,61
Variação nos inventários da produção	7	+/-	(91,46)	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-	(231.686,81)	(279.396,09)
Fornecimentos e serviços externos		-	(395.259,00)	(404.398,64)
Gastos com o pessoal	12	-	(1.484.240,99)	(1.555.152,61)
Outros rendimentos	8	+	64.648,01	90.324,23
Outros gastos		-	(21.802,76)	(9.977,38)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	265.880,19	70.594,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-/+	(161.095,40)	(163.181,95)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	104.784,79	(92.587,12)
Juros e gastos similares suportados		-	(13.758,33)	(21.079,71)
Resultado antes de impostos		=	91.026,46	(113.666,83)
Resultado líquido do período		=	91.026,46	(113.666,83)

Vieira do Minho, aos 24 de fevereiro de 2020

O Diretor Serv. Administrativos

A Mesa Administrativa



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
VIEIRA DO MINHO

Demonstração de Fluxos de Caixa
Período findo em 31-12-2019

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	Ano de 2019	Ano de 2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	-	2.339.899,61	2.216.773,11
Pagamentos a fornecedores	-	396.804,80	405.370,21
Pagamentos ao pessoal	-	1.482.335,35	1.556.007,40
Caixa gerada pelas operações	-/+	460.759,46	255.395,50
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	(215.020,29)	(356.948,57)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	+/-	245.739,17	(101.553,07)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	69.332,16	34.214,36
Investimentos financeiros	-	294,35	431,40
		69.626,51	34.645,76
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	4	0,00	1.703,25
Investimentos financeiros	+	2.324,35	0,00
Subsídios ao investimento	+	0,00	21.223,07
Juros e rendimentos similares	+	39,92	39,92
	+/-	2.364,27	22.966,24
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	+/-	(67.262,24)	(11.679,52)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	11	0,00	59.628,09
Doações	10	246,00	500,00
		246,00	60.128,09
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	11	195.267,05	0,00
Juros e gastos similares	-	13.758,33	21.079,71
	+/-	209.025,38	21.079,71
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		(208.779,38)	39.048,38
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+/-	(30.302,45)	(74.184,21)
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		72.954,28	147.138,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período		42.651,83	72.954,28

Vieira do Minho, aos 24 de fevereiro de 2020

O Diretor Serv. Administrativos

A Mesa Administrativa



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

fcs

Ano de 2019

(Valores expressos em euros)

Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores

Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição no Início do Período 2019	399.936,26	51.017,50	1.168.611,98	1.798.281,94	(113.666,83)	3.304.180,85
Alterações no período						
▪ Imputação subs. na proporção das amort./depr. ativos fixos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00	0,00	(44.961,60)	0,00	(44.961,60)
▪ Aplicação do Resultado Líquido Anterior	0,00	0,00	(113.666,83)	0,00	113.666,83	0,00
	0,00	0,00	(113.666,83)	(44.961,60)	113.666,83	(44.961,60)
Resultado Líquido do Período					91.026,46	91.026,46
Resultado Integral					46.064,86	46.064,86
Operações com instituidores no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2019	399.936,26	51.017,50	1.054.945,15	1.753.320,34	91.026,46	3.350.245,71

Ano de 2018

(Valores expressos em euros)

Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores

Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição no Início do Período 2018	399.936,26	51.017,50	1.280.921,17	1.823.151,95	(112.309,19)	3.442.717,69
Alterações no período						
▪ Atribuição subsídios afetos a ativos fixos tangíveis e intangíveis sujeitos a amortiz./deprec.	0,00	0,00	0,00	21.223,07	0,00	21.223,07
▪ Imputação subs. na proporção das amort./depr. ativos fixos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00	0,00	(46.093,08)	0,00	(46.093,08)
▪ Aplicação do Resultado Líquido Anterior	0,00	0,00	(112.309,19)	0,00	112.309,19	0,00
	0,00	0,00	(112.309,19)	(24.870,01)	112.309,19	(24.870,01)
Resultado Líquido do Período					(113.666,83)	(113.666,83)
Resultado Integral					(138.536,84)	(138.536,84)
Operações com instituidores no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2018	399.936,26	51.017,50	1.168.611,98	1.798.281,94	(113.666,83)	3.304.180,85

Vieira do Minho, aos 24 de fevereiro de 2020

O Diretor Serv. Administrativos

A Mesa Administrativa